

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Biológicas e Saúde - CCBS
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - EEAP

Max Weber

Rio de Janeiro
Setembro/2005

Disciplina: Sociologia
Professor: Nilson Moraes
Título: Max Weber
Componetes: Alyne Lira
Caroline Dias
Cynthia Meireles
Danielle Marques
Giselle Ferreira
Júlia Marques
Leandro Pinheiro
Nathalia Damazio

Curso: Enfermagem 2005/2 - 1ºPeríodo

Rio de Janeiro
Setembro/2005

MAX WEBER – VIDA E OBRA

Pondo-se de lado alguns trabalhos precursores, como os de Maquiavel (1469-1527) e Montesquieu (1689-1755), o estudo científico dos fatos humanos somente começou a se constituir em meados do século XIX. Nessa época, assistia-se ao triunfo dos métodos das ciências naturais, concretizadas nas radicais transformações da vida material do homem; operadas pela Revolução Industrial. Diante dessa comprovação inequívoca da fecundidade do caminho metodológico apontado por Galileu (1564-1642) e outros, alguns pensadores que procuravam conhecer cientificamente os fatos humanos passaram a abordá-los segundo as coordenadas das ciências naturais. Outros, ao contrário, afirmando a peculiaridade do fato humano e a conseqüente necessidade de uma metodologia própria. Essa metodologia deveria levar em consideração o fato de que o conhecimento dos fenômenos naturais e um conhecimento de algo externo ao próprio homem, enquanto nas ciências sociais o que se procura conhecer é a própria experiência humana. De acordo com a distinção entre experiência externa e experiência interna, poder-se-ia distinguir uma série de contrastes metodológicos entre os dois grupos de ciências. As ciências exatas partiriam da observação sensível e seriam experimentais, procurando obter dados mensuráveis e regularidades estatísticas que conduzissem à formulação de leis de caráter matemático. As ciências humanas, ao contrário, dizendo respeito à própria experiência humana, seriam introspectivas, utilizando a intuição direta dos fatos, e procurariam atingir não generalidades de caráter matemático, mas descrições qualitativas de tipos e formas fundamentais da vida do espírito. Os positivistas (como eram chamados os teóricos da identidade fundamental entre as ciências exatas e as ciências humanas) tinham suas origens sobretudo na tradição empirista inglesa que remonta a Francis Bacon (1561-1626) e encontrou expressão em David Hume (1711-1776), nos utilitaristas do século XIX e outros. Nessa linha metodológica de abordagem dos fatos humanos se colocariam Augusto Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (1858-1917), este considerado por muitos como o fundador da sociologia como disciplina científica. Os antipositivistas, adeptos da distinção entre ciências humanas e ciências naturais, foram sobretudo os alemães, vinculados ao idealismo dos

filósofos da época do Romantismo, principalmente Hegel (1770-1831) e Schleiermacher (1768-1834). Os principais representantes dessa orientação foram os neokantianos Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936). Dilthey estabeleceu uma distinção que fez fortuna: entre explicação (erklären) e compreensão (verstehen). O modo explicativo seria característico das ciências naturais, que procuram o relacionamento causal entre os fenômenos. A compreensão seria o modo típico de proceder das ciências humanas, que não estudam fatos que possam ser explicados propriamente, mas visam aos processos permanentemente vivos da experiência humana e procuram extrair deles seu sentido (Sinn). Os sentidos (ou significados) são dados, segundo Dilthey, na própria experiência do investigador, e poderiam ser empaticamente apreendidos na experiência dos outros. Dilthey (como Windelband e Rickert), contudo, foi sobretudo filósofo e historiador e não, propriamente, cientista social, no sentido que a expressão ganharia no século XX. Outros levaram o método da compreensão ao estudo de fatos humanos particulares, constituindo diversas disciplinas compreensivas. Na sociologia, a tarefa ficaria reservada a Max Weber.

Uma educação humanista apurada

Max Weber nasceu e teve sua formação intelectual no período em que as primeiras disputas sobre a metodologia das ciências sociais começavam a surgir na Europa, sobretudo em seu país, a Alemanha. Filho de uma família da alta classe média, Weber encontrou em sua casa uma atmosfera intelectualmente estimulante. Seu pai era um conhecido advogado e desde cedo orientou-o no sentido das humanidades. Weber recebeu excelente educação secundária em línguas, história e literatura clássica. Em 1882, começou os estudos superiores em Heidelberg; continuando-os em Göttingen e Berlim, em cujas universidades dedicou-se simultaneamente à economia, à história, à filosofia e ao direito. Concluído o curso, trabalhou na Universidade de Berlim, na qual idade de livre-docente, ao mesmo tempo em que servia como assessor do governo. Em 1893, casou-se e; no ano seguinte, tornou-se professor de economia na Universidade de Freiburg, da qual se transferiu para a de Heidelberg, em 1896. Dois anos depois, sofreu sérias perturbações nervosas que o levaram a deixar os trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903, na qualidade de co-editor do Arquivo de Ciências Sociais (Archiv für Sozialwissenschaft), publicação extremamente importante no desenvolvimento dos estudos sociológicos na Alemanha. A partir dessa época, Weber somente deu aulas particulares, salvo em algumas ocasiões, em que

proferiu conferências nas universidades de Viena e Munique, nos anos que precederam sua morte, em 1920.

CRONOLOGIA:

1864 - Max Weber nasce em Erturt, Turíngia, a 21 de abril.

1869 - Muda-se para Berlim com a família.

1882 - Conclui seus estudos pré-universitários e matricula-se na Faculdade de Direito de Heidelberg.

1883 - Transfere-se para Estrasburgo, onde presta um ano de serviço militar.

1884 - Reinicia os estudos universitários.

1888 - Conclui seus estudos e começa a trabalhar nos tribunais de Berlim.

1889 - Escreve sua tese de doutoramento sobre a história das companhias de comércio durante a Idade Média.

1891 - Escreve uma tese, H História das Instituições Agrárias.

1893 - Casa-se com Marianne Schnitger.

1894 - Exerce a cátedra de economia na Universidade de Freiburg.

1896 - Aceita uma cátedra em Heidelberg.

1898 - Consegue uma licença remunerada na universidade, por motivo de saúde.

1899 - É internado numa casa de saúde para doentes mentais, onde permanece algumas semanas. 1903 - Participa, junto com Sombart, da direção de uma das mais destacadas publicações de ciências sociais da Alemanha.

1904 - Publica ensaios sobre os problemas econômicos das propriedades dos Junker, sobre a objetividade nas ciências sociais e a primeira parte de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

1905 - Parte para os Estados Unidos, onde pronuncia conferências e recolhe material para a continuação de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

1906 - Redige dois ensaios sobre a Rússia: A Situação da Democracia Burguesa na Rússia e A Transição da Rússia para o Constitucionalismo de Fachada.

1914 - Início da Primeira Guerra Mundial. Weber, no posto de capitão, é encarregado de organizar e administrar nove hospitais em Heidelberg.

1918 - Transfere-se para Viena, onde dá um curso sob o título de Uma Crítica Positiva da Concepção Materialista da História.

1919 - Pronuncia conferências em Munique, que serão publicadas sob o título de História Econômica Geral.

1920 - Falece em consequência de uma pneumonia aguda.

TEORIA DA CIÊNCIA

A Sociologia é uma ciência que pretende estudar as ações humanas e suas condutas, relacionando-as com outras pessoas, para que seu desenvolvimento e efeitos sejam apurados.

Essa análise do comportamento, segundo Weber, não é trabalhada de forma linear ou estática. Aqui, entra em conflito o que é certo e errado - o que é "válido" ou "justo", dependendo da neutralidade do cientista para que os motivos das ações sejam verdadeiramente revelados. Dessa forma, a Sociologia difere do conceito científico de outras ciências que trabalham com uma verdade preestabelecida.

Mesmo fazendo uma análise da conduta do homem de forma imparcial, não se deve dizer que as conclusões tiradas são constituídas de uma verdade absoluta. Trata-se de uma hipótese que através de uma análise feita pela sociologia é a mais apropriada.

Por isso, Weber se preocupou em criar métodos adequados a Sociologia que possibilitassem ao cientista uma investigação dos fatos, sendo o principal deles denominado tipo ideal, que consiste em fazer um estudo indiscriminado da situação que deverá ser compreendida e mostrá-la de um modo não alterado, como se não sofresse nenhuma perturbação.

As situações podem ser compreendidas de várias formas. Max Weber dividiu em dois tipos de compreensão. Compreensão atual - que é simplesmente registrar a situação de modo geral. Compreensão explicativa - procura entender os motivos que geraram a situação. Por exemplo, entendemos que houve um conflito étnico durante a Segunda Guerra Mundial. Mas quando averiguamos os fatos, vemos que além de conflitos étnicos, a essência da guerra era movida por uma fragilidade econômica e humilhação sofrida pela Alemanha após a Primeira Guerra.

Mesmo com muito auxílios sociológicos na História, a Sociologia trabalha com regras gerais que possam ser aplicadas a determinadas situações. Já a história tem o objetivo de estudar uma ação da personalidade envolvida no processo histórico culturalmente importante, não dispondo de nenhum método para a elaboração dessa análise.

Weber defendia que tanto as ciências naturais quanto culturais nunca chegariam ao total conhecimento. Para que a sabedoria ficasse constante, a própria ciência deveria de deixar de existir, pois o papel da ciência é procurar a verdade, que no caso da Sociologia, não é absoluta, trata-se de uma hipótese.

TEORIA DA AÇÃO

Para Max Weber, a sociedade não é algo exterior e superior aos indivíduos, para ele, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas, para isso, ele define como objeto da sociologia a ação social.

Ação Social

Para Max Weber, ação social é qualquer ação que se dirige a outros indivíduos. “É ação em que o sentido subjetivo do sujeito ou sujeitos está referido à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento”. As quais podem ser: passadas, presentes ou esperadas como futuras.

Assim Weber dirá que toda vez que se estabelecer uma relação significativa, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais, teremos relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações com os demais.

Toda classe de contatos entre os homens não tem necessariamente, caráter social; mas apenas uma ação com sentido próprio, dirigido à ação dos outros. A ação social não é idêntica: nem a uma ação homogênea de muitos (como por exemplo indivíduos abrirem “ao mesmo tempo” seus guarda-chuvas quando começa a chover.); nem à ação de alguém influenciado pela conduta de outros (como exemplo os “grupos”).

Tampouco se pode considerar como uma “ação social” específica o fato da imitação de uma conduta alheia, quando esta é puramente reativa, e não ocorre uma orientação, com sentido da própria ação em reação à alheia. O limite, entretanto é tão fluido que apenas possibilita uma distinção. Contudo, o simples fato de que alguém aceite para si uma atitude determinada, aprendida de outros e que parece conveniente para seus fins, não é uma ação social neste sentido. Pois neste caso o sujeito não orientou sua ação pela ação de outros, mas sim, através da observação, deu-se conta de certas probabilidades objetivas, dirigindo por elas suas condutas. Sua ação, portanto foi determinada causalmente pela de outros, mas não no sentido contido nela. Quando ao contrário, se imita uma conduta alheia porque está na “moda”, ou porque vale com “distinta” enquanto estamental ou por qualquer outro motivo semelhante, então sim tem-se a relação de sentido, tanto à respeito de pessoa imitada, com a terceiros ou ambos.

O sentido é o elemento interno, imaterial, da ação, deve ser pesquisado

em primeiro lugar. Pode ser o “sentido médio de uma massa de casos” ou então o construído pela inteligência e generalizado em um tipo ideal com atores ideais. Não deve ser confundido com o sentido objetivamente justo ou com o sentido verdadeiro, metafisicamente fundado.

Para a Sociologia captar esse sentido da ação, segundo Weber, o sociólogo deve reviver ou reconstruir, em sua mente, a ação social dos outros, só assim alcançando a sua compreensão.

Tipos de ações da vida social:

A partir desta definição de ação social, Weber afirma que podemos pensar em diferentes tipos de ação social, agrupando-os de acordo com o modo pelo qual os indivíduos orientam suas ações. Assim ele estabelece quatro tipos de ação social:

Ação tradicional: Processa-se de acordo com as tradições seculares, com usos e costumes sagrados, arraigados;

Ação afetiva: Orientada pelas emoções e sentimentos;

Ação social racional com relação a valores: Determinada pela crença consciente num valor considerado importante, independentemente do êxito deste valor na realidade;

Ação social racional com relação a fins: Determinada pelo cálculo racional que estabelece fins e organiza meios necessários.

Relação Social

Por “relação” social deve-se entender uma conduta plural - de várias pessoas - que pelo sentido que encerra, se apresenta com reciprocamente referida, e se oriente por essa reciprocidade. A relação social consiste, portanto, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se atuará, socialmente de uma forma (com sentido) indicável.

Uma relação social pode ter um caráter transitório, ou então implicar a permanência, isto é, implicar que exista neste caso, a probabilidade da repetição continuada de uma conduta.

A existência de relações sociais consiste na presença desta “chance”, a maior ou menor probabilidade de que tenha lugar uma ação de sentido determinado e nada mais.

O “conteúdo de sentido” de uma relação social pode variar, esse conteúdo também pode ser em parte variável e em parte permanente.

TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A Sociedade Estamental

A distribuição do poder social entre os membros de uma coletividade produz uma hierarquia de grupos com fronteiras imprecisas, "amorfas". Enquanto a "situação de classe" é determinada por critérios puramente econômicos, o estamento de um indivíduo é condicionado por uma avaliação social, positiva ou negativa, a "honra". Esta avaliação implica uma relação inter subjetiva: por um lado, as qualidades da pessoa avaliada, por outro lado à subjetividade dos restantes membros da comunidade, em particular, os seus valores, ou que eles honram e respeitam. O "estilo de vida" é o aspecto mais característico do prestígio e engloba muitos elementos como a instrução e cultura, o tipo de trabalho, os costumes, os gostos. O estamento pode ser adquirido em primeiro lugar, por um modo de vida próprio, estando associado em particular à natureza da profissão; ou estamento de nascimentos, ou carisma hereditário (condição de origem).

As classes e os estamentos tendem a estar intimamente ligados através da propriedade: a posse de propriedade é um determinante essencial da situação de classe, como também pode fornecer a base para que se siga um determinado estilo de vida.

O êxito econômico é um dos atributos mais importantes do prestígio, mas não é o único. Por outro lado, o prestígio não tem o caráter automático e objetivo próprio das leis do mercado.

Mas a simples posse de qualidades socialmente valorizadas não é suficiente para adquirir prestígio. Para Weber, o estamento significa a "reivindicação eficaz da estima social" e o indivíduo com prestígio é aquele que conseguiu obter o reconhecimento das suas qualidades pessoais, é o que conseguiu obter a honra e a dignidade (no sentido de "boa sociedade") através de um determinado modo de vida. A verdadeira base do estamento não é o estilo de vida, mas o poder social, ou seja, a capacidade de se impor através de um determinado estilo de vida.

Os estamentos são grupos reais (ao contrário das classes) porque a ação dos indivíduos que os compõem está subjetivamente orientada para a ação dos outros. Os membros de um estamento são as pessoas que os outros membros do grupo reconhecem como pertencendo a este.

O estamento dificulta a ação das leis de mercado, cujo efeito é recompensar automaticamente as condutas racionais. Mesmo quando os estamentos se constituem com base no poder econômico, só se podem manter impedindo o

funcionamento normal do mercado. Quando a lógica do status prevalece totalmente, a classe social transforma-se em casta. O que é um caso-limite raro.

Segundo Weber, uma sociedade e uma época podem caracterizar-se pelo tipo de estratificação social dominante. A superioridade da estratificação econômica está diretamente relacionada com o grau de desenvolvimento da economia de mercado; enquanto uma sociedade estamental corresponde a sociedades feudais, religiosas e patriarcais, em que a atividade econômica não está submetida a princípios racionais.

Weber afirma que o estabelecimento de um novo modo de produção costuma modificar a hierarquia dos estamentos, provocando uma nova distribuição do poder econômico. Mas uma vez estabelecida a hierarquia de classes, tende a cristalizar-se numa hierarquia de estamentos.

Na sua perspectiva, a estratificação puramente econômica, baseada nas qualidades racionais dos indivíduos tende a impor-se com o desenvolvimento e consolidação da economia capitalista. A distribuição de prestígio na sociedade moderna é cada vez mais difícil de dissociar da posição de classe, e por outro lado, o poder econômico constitui cada vez mais, o fator decisivo de desigualdade.

Estamento e Casta

A rigor a separação em estamentos desemboca nas conseqüências mencionadas somente quando lhe servem de base diferenças que são consideradas como “étnicas”. A “casta” é precisamente a forma normal pela qual costumam “socializar-se” as comunidades étnicas que crêem no parentesco de sangue e que excluem o trato social e o matrimônio com os membros das comunidades exteriores. Assim ocorre o fenômeno dos povos “parias”, estendido pelo mundo todo e ao qual nos referimos ocasionalmente. Trata-se de comunidades que adquiriram tradições profissionais específicas de tipo artesanal ou de qualquer outro gênero, que conservam a crença na comunidade étnica, e que, ainda na “diáspora”, rigorosamente separada de todo trato pessoal não indispensável e numa situação jurídica precária, são porém suportadas, e freqüentemente, inclusive, privilegiadas, devido à necessidade econômica que se tem delas, e vivem inseridas nas comunidades políticas.

A separação em castas implica subordinação social, um verdadeiro “excedente” de “honra” em favor dos estamentos e castas privilegiadas, pois as diferenças étnicas correspondem à “função” desempenhada dentro da associação política (guerreiros, sacerdotes, artesãos politicamente importantes

para a guerra e para as construções, etc.).

Os partidos

Estratificação baseada no poder propriamente político, e que está mais ou menos associada às duas outras formas de estratificação social. A desigual distribuição de poder político forma "partidos". A noção de partido deve ser entendida num sentido geral, como uma associação de indivíduos com vista a alcançar fins políticos. O campo de atuação dos partidos é, por excelência, o Estado, mas Weber afirma que se pode falar de partidos em sentido amplo, podendo-se falar de partidos sempre que há uma disputa pelo poder, por exemplo, num clube, numa igreja, etc. O partido envolve uma socialização dos seus membros, na medida em que exige uma certa concertação racional das ações de diferentes indivíduos com vista à obtenção de poder. Para Weber, o exercício burocrático do poder e a hierarquia correspondente constituem a forma ideal de desigualdade política.

Enquanto as “classes” têm seu verdadeiro terreno de origem na “ordem econômica”, e os “estamentos” o têm na “ordem social” e portanto, na esfera da repartição da “honra”, influenciando sobre a ordem jurídica, e sendo, por sua vez, influenciados por ela, os partidos se movimentam primariamente dentro da esfera do “poder”. Sua ação está encaminhada em direção ao “poder” social, isto é tendem a exercer uma influência sobre a ação comunitária, qualquer que seja seu conteúdo.

As Classes

Classe é todo grupo humano que se encontra numa igual situação. As classes podem ser classificadas em:

Classe proprietária: É aquela em que as diferenças de propriedade determinam a situação de classe.

Classe lucrativa: É aquela em que a valorização de bens e serviços no mercado determina a situação de classe.

Classe social: É a totalidade das situações de classe.

As Classes Proprietárias

As classes proprietárias se constituem de classes positiva e negativamente privilegiadas. As positivamente privilegiadas são aquelas em que as pessoas

vivem de suas rendas, já as negativamente privilegiadas são tipicamente: os servos, os proletariados, os devedores e os pobres. Entre ambas, estão as “classes médias”, e que compreendem os que possuem propriedades ou qualidades de educação e que tiram delas o seu rendimento.

As Classes Lucrativas

As classes lucrativas se constituem de classes positiva e negativamente privilegiadas. As positivamente privilegiadas são tipicamente: empresários, comerciantes, banqueiros dentre outros, já as negativamente privilegiadas são tipicamente: os trabalhadores qualificados, semi-qualificados e os não-qualificados ou braçais. No meio deles se encontram as “classes médias” que são os camponeses, artesãos, funcionários públicos e privados.

As Classes Sociais

São classes sociais:

O proletariado
A pequena burguesia
A intelligentsia

Além das classes proprietárias, lucrativas e sociais temos também as classes dos proprietários e dos privilegiados por educação.

Classes, Comunidades e Mercado.

As classes não são comunidades no sentido dado aqui a esta palavra; representam, somente, as bases possíveis (e freqüentes) de uma ação comunitária. Assim, falamos de “classe” quando: for comum a certo número de homens um componente causal específico de suas probabilidades de existência, na medida em que tal componente esteja representado exclusivamente por interesses lucrativos e de posse de bens, nas condições determinadas pelo mercado (de bens, ou de trabalho).

Constitui o fato econômico mais elementar que a forma em que se acha distribuído o poder de posse sobre bens, no seio de uma multiplicidade de homens que se encontram e competem no mercado com finalidades de troca e criam por si próprias probabilidades específicas de existência. Além disso, ela monopoliza a possibilidade de fazer passar os bens da esfera de seu

aproveitamento enquanto “patrimônio” à esfera de sua valorização como “capital” e, por isso mesmo, monopoliza as funções de empresário e todas as probabilidades de participação direta ou indireta nos rendimentos do capital. Por conseguinte, a “posse” ou a “não posse” são categorias fundamentais de todas as situações de classe, tanto se ocorrem na esfera da luta de preços, como se têm lugar na esfera da competição. A “situação de classe” significa, em última análise e neste sentido, a “posição ocupada no mercado”.

Classes e interesse de classe

Segundo esta terminologia, os interesses que produzem as “classes” são interesses univocamente econômicos, aqueles que estão vinculados à existência do “mercado”. Contudo, o conceito “interesse de classe” é um conceito empírico, e até mesmo equívoco, na medida em que por ele se entenda algo distinto do interesse, orientado pelas probabilidades derivadas da posição de classe, comum a uma “média” das pessoas pertencentes a ela.

A proporção em que, através da “massa” dos que pertencem a uma classe, se origina uma “ação comunitária” e, eventualmente, certas socializações, dependem das condições culturais, especialmente de tipo intelectual, e da intensidade alcançada pelos contrastes, assim como especialmente da clareza que revela a relação existente entre os fundamentos e as conseqüências da “situação de classe”. Conforme nos mostra a experiência, uma diferenciação bastante considerável das probabilidades de vida não produz por si própria uma “ação classista” (ação comunitária dos que pertence a uma classe). Deve ser claramente reconhecível o caráter condicionado e os efeitos da situação de classe. Portanto, só então é que o contraste das probabilidades de vida pode ser considerado, não como algo que simplesmente acontece e que não há nada a fazer senão aceitar, mas sim como um resultado da distribuição dos bens ou da estrutura da organização econômica vigente.

Toda classe pode ser protagonista de qualquer possível “ação de classe”, em inumeráveis formas, mas não de modo necessário, e tampouco constituindo uma comunidade; expõe-se a graves equívocos quem, a partir de um ponto de vista conceitual, a equipara às comunidades.

Se as classes não são, por si mesmas, comunidades, as situações de classe surgem unicamente no terreno das comunidades. Mais ação comunitária que lhes dá origem não é, fundamentalmente, uma ação realizada por aqueles que pertencem a esta mesma classe, mas sim uma ação entre membros de diferentes classes. As ações comunitárias que, por exemplo, determina de um modo imediato à situação de classe dos trabalhadores e dos empresários, são as seguintes: o mercado de trabalho, o mercado de bens e a “exploração”

capitalista.

Um fenômeno muito generalizado que devemos mencionar aqui, relativos às oposições de classe condicionadas pela situação do mercado, consiste no fato de que tais oposições costumam ser sobretudo ásperas entre os que se enfrentam de modo diretamente real na luta salarial. Não são os que vivem de renda, os acionistas, nem os banqueiros que saem prejudicados pela animosidade dos trabalhadores. Os fabricantes e os diretores de empresa, quase exclusivamente, é que são considerados como os inimigos diretos na luta salarial. Este simples fato tem sido com freqüência decisiva para o papel desempenhado pela posição de classe na formação dos partidos político. Tem tornado possível, por exemplo, as diferentes variedades do socialismo patriarcal e as tentativas, antigamente freqüentes, de união entre os estamentos ameaçados em sua existência e o proletariado, contra a “burguesia”.

TEORIA DA POLÍTICA

O conceito da dominação

Dominação é um fato ao provável de encontrar-se obediência, submissão, sobre um grupo determinado para executar tarefas específicas. Não diz respeito em toda espécie de probabilidade de exercer poder ou influência sobre um grupo. Esta dominação pode refletir motivos de submissão: o hábito inconsciente até o que são considerações puramente racionais. Em toda relação primária, “genuína”, do exercício “autoridade” faz-se necessário um grau mínimo de obediência.

Nem toda forma de dominação se perfaz, totaliza, do meio econômico. A dominação visa fins econômicos. Todavia, toda dominação sobre um grupo de indivíduos requer um quadro administrativo, ou seja, confiar-se a execução duma certa atividade, mandato, tarefa a alguém de que se espera obediência. Tal quadro pode estar associado a seu senhor pelo costume, de modo puramente afetivo, por interesses materiais, ou por motivos ideais.

Outros motivos se sobrepõem a estes: afetivos ou racionais. Em casos fora de uma órbita comum, estes podem ser decisivos. No diário, dia-a-dia, domina o costume, interesses materiais. Costume e a situação de interesse não podem simular os fundamentos em que a dominação confia. Geralmente, acrescenta-se outro fator: a crença na legitimidade. Garantir-se-á, então, o tipo de obediência, quadro administrativo destinado afiança-la, como ainda a faceta que assumirá o exercício da dominação.

Nem toda “pretensão” convencional ou juridicamente garantida deve ser

chamada de “relação de dominação”. O conceito de uma relação de dominação não exclui naturalmente o fato de que ela tenha podido surgir de um contrato formalmente livre. A adesão pode ser fingida por indivíduos e grupos inteiros, por razões de oportunismo; pode ser praticada efetivamente por causa de interesses materiais próprios, ou ser aceita como algo irremediável em virtude das debilidades individuais e do desamparo.

Os tipos de dominação

Existem três tipos de dominação:

Caráter racional: crença na legalidade de ordenações instituídas e dos direitos de mando dos chamados por essas ordenações a exercer a autoridade: autoridade legal.

Caráter tradicional: crença quotidiana na santidade das tradições que vigoram desde tempos longínquos e na legitimidade dos que são designados por essa tradição para exercer a autoridade: autoridade tradicional.

Caráter carismático: entrega à santidade, ao heroísmo ou à exemplaridade de uma pessoa, às ordenações por ela criadas ou reveladas: autoridade carismática.

Dominação racional

Valida-se das seguintes idéias:

Todo direito, contratado ou outorgado, pode ser instituído de modo racional com a pretensão de ser respeitado, pelo menos, pelos membros da associação. Todo direito, segundo sua essência, é um universo de regras abstratas, em geral instituídas intencionalmente.

O soberano legal típico enquanto ordena e manda, obedece, à ordem impessoal pela qual orienta suas disposições.

Aquele que obedece só o faz enquanto membro da associação e só obedece ao direito.

O quadro administrativo da Dominação Racional Legal

Só participa do quadro administrativo de uma associação quem é qualificado profissionalmente para isto, mediante provas realizadas com êxito. Vigora o princípio da separação plena entre o quadro e meios administrativos e de produção. Os funcionários a serviço de uma administradora não são

proprietários dos meios materiais de administração e produção, mas são remunerados em espécie ou dinheiro.

Dominação tradicional

Dominação é tradicional quando sua legitimidade repousa sobre uma santidade de ordenações e poderes de mando, herdados de tempos longínquos, acreditando-se nela em virtude desta santidade. A associação de dominação, no caso mais simples, é primariamente uma associação de piedade. Não se obedece a disposições instituídas, mas sim à pessoa designada pela tradição, ou pelo soberano tradicionalmente determinado.

O quadro administrativo de dominação tradicional

O quadro administrativo típico pode ser recrutado de modo: tradicional, por laços de piedade, entre os vinculados ao senhor – recrutamento patrimonial; recrutamento extrapatrimonial.

Tipos de dominação tradicional

Os tipos originários da dominação tradicional estão constituídos pelos casos em que não existia um quadro administrativo pessoal do indivíduo imperante: gerontocracia e patriarcalismo originário. Entende-se por gerontocracia a situação na qual esta se exerce pelos mais velhos. Já por patriarcalismo uma só pessoa exerce a dominação de acordo com determinadas regras hereditárias fixas. O poder dos gerontes e patriarcas está orientado pela idéia mantida pelos dominados de que esta dominação é um direito próprio, tradicional, do imperante.

Toda dominação tradicional tende ao patrimonialismo, e em caso extremo de mando, ao sultanato. Exteriormente, o poder de mando patrimonial se apóia em escravos colonos ou súditos oprimidos. Chama-se dominação patrimonial a dominação primariamente orientada pela tradição, mas exercida em virtude de um direito próprio. A sultânica é a dominação patrimonial que se move, na forma de sua administração, dentro de uma esfera do livre arbítrio, desvinculado da tradição.

Dominação carismática

Carisma é a qualidade de uma personalidade, graças à qual esta é

considerada possuidora de força sobrenaturais ou pelo menos, especificamente extraquotidianas e não-acessíveis a qualquer pessoa – ou então, tida como enviada de Deus. Sobre o carisma, o que decide é o reconhecimento; reconhecimento que se mantém por corroboração das supostas qualidades carismáticas.

Se faltar a corroboração, se o carismático parece abandonado por seu deus ou por sua força mágica, se não alcança o êxito e se sua chefia não traz bem-estar aos dominado, então, existe a possibilidade de que sua autoridade carismática se dissipe.

O quadro administrativo da dominação carismática

O quadro administrativo dos imperantes carismáticos não é nenhuma burocracia, e menos ainda uma burocracia profissional. Não existe jurisdição, nem competência mas, tampouco, apropriação dos poderes do cargo por privilégio, só existe a limitação espacial ou em relação a determinados objetos do carisma e da missão. Não há soldo ou prebenda; os discípulos e sequazes vivem com o senhor, em comunidade de amor ou camaradagem, com meios fornecidos por mecenas.